

d) Declaração, passada e autenticada pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem, de forma inequívoca, a existência e a natureza do vínculo e a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço reportada aos anos relevantes para efeitos de promoção (menção quantitativa e qualitativa).

e) Requerimento dirigido ao júri do concurso, apresentado até ao termo do prazo referido no n.º 1, a efectuar apenas pelos candidatos que não tenham sido objecto de avaliação de desempenho no(s) ano(s) relevante(s) para o concurso, solicitando, ao abrigo do artigo 18º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, suprimimento da avaliação de desempenho relativamente ao(s) período(s) em falta, através da ponderação curricular, nos termos do artigo 19º do mesmo diploma.

f) Declaração, devidamente actualizada e autenticada passada pelo serviço de origem, da qual constem, de forma inequívoca, a descrição das tarefas e funções efectivamente exercidas pelo candidato e o período de tempo pelo qual as exerce.

9.3 A não instrução do processo de candidatura nos termos dos n.ºs 9.1 e 9.2 do aviso de abertura determina a exclusão do concurso.

9.4 O júri pode exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvidas sobre a situação que descreveu, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

9.5 As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

10 — Composição do júri:

Presidente: Mestre Pedro Manuel Pereira Penteado, director de serviços de Arquivística e Apoio Técnico, em regime de substituição, que será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

Vogais efectivos: Licenciada Maria Madalena Arruda Moura Machado Garcia, assessora principal, da carreira de técnico superior de arquivo, do quadro do ex-IAN/TT e Licenciado António Manuel da Salvação Frazão, assessor principal, da carreira de técnico superior de arquivo, do quadro do ex-IAN/TT.

Vogais suplentes: Licenciada Maria de Lurdes Conceição Nunes Henriques, assessora principal, da carreira de técnico superior de arquivo, do quadro do ex-IAN/TT e Licenciada Ana Maria do Rosário Silva Rodrigues, assessora principal, da carreira de técnico superior de arquivo, do quadro do ex-IAN/TT.

11 — Os requerimentos deverão ser entregues pessoalmente ou enviados pelo correio em carta registada, com aviso de recepção, para a Direcção-Geral de Arquivos, Alameda da Universidade 1649-010-Lisboa, local onde poderão também ser consultadas a seu tempo a relação de candidatos e a lista de classificação final.

12 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação (Despacho conjunto n.º 373/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000).

Composição do júri:

Presidente: Mestre Pedro Manuel Pereira Penteado, director de serviços de Arquivística e Apoio Técnico, em regime de substituição, que será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

Vogais efectivos: Licenciada Maria Madalena Arruda Moura Machado Garcia, assessora principal, da carreira de técnico superior de arquivo, do quadro do ex-IAN/TT e Licenciado António Manuel da Salvação Frazão, assessor principal, da carreira de técnico superior de arquivo, do quadro do ex-IAN/TT.

Vogais suplentes: Licenciada Maria de Lurdes Conceição Nunes Henriques, assessora principal, da carreira de técnico superior de arquivo, do quadro do ex-IAN/TT e Licenciada Ana Maria do Rosário Silva Rodrigues, assessora principal, da carreira de técnico superior de arquivo, do quadro do ex-IAN/TT.

24 de Outubro de 2007. — O Subdirector-Geral, *Abel Martins*.

Aviso n.º 24996/2007

1. Nos termos do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por meu despacho, de 2 de Novembro de 2007, por delegação, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral, com vista ao preenchimento de um lugar de assessor da carreira de técnico superior de arquivo, do quadro de pessoal do Arquivo Distrital do Porto, aprovado pela Portaria n.º 316/99, de 12 de Maio.

1.1 Em cumprimento do artigo 41º da lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi feita consulta à bolsa de emprego público, pelo que foi pela

Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público emitida declaração de inexistência de pessoal com o perfil pretendido (Declaração de inexistência n.º 8479).

2 — Validade do concurso: O concurso visa exclusivamente o provimento do lugar referido, esgotando-se com o seu preenchimento.

a) O presente aviso será inscrito (registado) na bolsa de emprego público (BEP) no prazo de dois dias úteis após a publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril.

3 — Área funcional: Arquivo

4 — Conteúdo funcional: — De acordo com o Mapa II anexo ao Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho, para o exercício próprio das atribuições das alíneas a), f), g), h) e i) do artigo 7º, da Portaria n.º 372/2007, de 30 de Março.

5 — Local de trabalho, vencimento, condições de trabalho e regalias sociais: o local de trabalho é no Arquivo Distrital do Porto, sendo o vencimento o resultante da aplicação do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar e as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

6 — Condições de admissão: podem ser admitidos a concurso os candidatos que satisfaçam até ao termo do prazo de apresentação das candidaturas, os seguintes requisitos:

6.1 Requisitos gerais — os previstos no n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.2 Requisitos especiais — os previstos na alínea b) do n.º 2 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho.

7 — Método de selecção — o método de selecção a utilizar será, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho, a apreciação e discussão pública do currículo profissional do candidato.

8 — Classificação — A classificação final, expressa na escala de 0 a 20 valores, resulta da média aritmética da classificação obtida no método de selecção aplicável, sendo eliminados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

8.1 Os critérios de apreciação e ponderação a utilizar na aplicação do método de selecção referido, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

9 — Apresentação das candidaturas

9.1 Os requerimentos de admissão ao concurso devem ser dirigidos ao Director-Geral de Arquivos, deles devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, estado, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do Bilhete de Identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar se for caso disso, morada, código postal e telefone);

b) Habilitações literárias;

c) Referência ao concurso a que se candidata;

d) Habilitações e qualificações profissionais (especializações, estágios, seminários, cursos de formação, e outros);

e) Indicação da categoria detida, serviço a que pertence, natureza do vínculo.

f) Declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato reúne os requisitos gerais de provimento em funções públicas.

g) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar que possam ser relevantes para a apreciação do seu mérito.

9.2 Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) Curriculum vitae actualizado, detalhado, datado e assinado;

b) Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais;

c) Documentos comprovativos das acções de formação, quando for caso disso, donde conste o número de horas das mesmas;

d) Declaração, passada e autenticada pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem, de forma inequívoca, a existência e a natureza do vínculo e a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço reportada aos anos relevantes para efeitos de promoção (menção quantitativa e qualitativa).

e) Requerimento dirigido ao júri do concurso, apresentado até ao termo do prazo referido no n.º 1, a efectuar apenas pelos candidatos que não tenham sido objecto de avaliação de desempenho no(s) ano(s) relevante(s) para o concurso, solicitando, ao abrigo do artigo 18º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, suprimimento da avaliação de desempenho relativamente ao(s) período(s) em falta, através da ponderação curricular, nos termos do artigo 19º do mesmo diploma.

f) Declaração, devidamente actualizada e autenticada passada pelo serviço de origem, da qual constem, de forma inequívoca, a descrição

das tarefas e funções efectivamente exercidas pelo candidato e o período de tempo pelo qual as exerce.

9.3 A não instrução do processo de candidatura nos termos dos n.ºs 9.1 e 9.2 do aviso de abertura determina a exclusão do concurso.

9.4 O júri pode exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvidas sobre a situação que descreveu, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

9.5 As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

10 — Composição do júri:

Presidente: Licenciada Maria João da Silva Pires de Lima, Directora, em regime de substituição, do Arquivo Distrital do Porto, que será substituída nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

Vogais efectivos: Licenciada Maria Natália Pacheco Rodrigues Gravato, Directora de Serviços, em regime de substituição, do Centro Português de Fotografia e Licenciado José Manuel da Veiga e Silva Gonçalves, Director, em regime de substituição, do Arquivo Distrital de Vila Real

Vogais suplentes: Licenciada Maria Olinda Fernandes Lopes Alves Pereira, Directora, em regime de substituição, do Arquivo Distrital de Viana do Castelo e Licenciada Maria José Abrantes Maciel Chaves, Directora, em regime de substituição, do Arquivo Distrital de Beja.

11 — Os requerimentos deverão ser entregues pessoalmente ou enviados pelo correio em carta registada, com aviso de recepção, para o Arquivo Distrital do Porto, Rua das Taipas, 90 — 4050-598 — Porto, local onde poderão também ser consultadas a seu tempo a relação de candidatos e a lista de classificação final.

12 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação (Despacho conjunto n.º 373/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000).

O júri do presente concurso será constituído por:

Presidente: Licenciada Maria João da Silva Pires de Lima, Directora, em regime de substituição, do Arquivo Distrital do Porto, que será substituída nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

Vogais efectivos: Licenciada Maria Natália Pacheco Rodrigues Gravato, Directora de Serviços, em regime de substituição, do Centro Português de Fotografia e Licenciado José Manuel da Veiga e Silva Gonçalves, Director, em regime de substituição, do Arquivo Distrital de Vila Real

Vogais suplentes: Licenciada Maria Olinda Fernandes Lopes Alves Pereira, Directora, em regime de substituição, do Arquivo Distrital de Viana do Castelo e Licenciada Maria José Abrantes Maciel Chaves, Directora, em regime de substituição, do Arquivo Distrital de Beja.

8 de Novembro de 2007. — O Subdirector-Geral, *Abel Martins*.

Despacho (extracto) n.º 28521/2007

Por despacho de 2 de Novembro de 2007 do Subdirector-Geral de Arquivos, por delegação, Paulina Margarida Rodrigues de Araújo, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Arquivo Distrital de Évora, a exercer funções correspondentes à carreira de técnico superior de arquivo, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, foi provida por reclassificação profissional, na categoria de técnico superior de 2ª classe, da carreira de técnico superior de arquivo, escalão 1, índice 400, em lugar vago do mesmo quadro de pessoal, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

7 de Novembro de 2007. — O Subdirector-Geral, *Abel Martins*.

Despacho (extracto) n.º 28522/2007

Por despacho de 13 de Novembro de 2007 do Subdirector-Geral de Arquivos, por delegação, Paulo César Mariz Pedras Lourenço, Técnico profissional de 2ª classe, da carreira de técnico profissional de arquivo, do quadro de pessoal do Arquivo Distrital de Faro, a exercer funções correspondentes à carreira de técnico superior de arquivo, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, foi provido por reclassificação profissional, na categoria de técnico superior de 2ª classe, da carreira de técnico superior de arquivo, escalão 1, índice 400, em lugar vago do mesmo quadro de pessoal, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

14 de Novembro de 2007. — O Subdirector-Geral, *Abel Martins*.

Direcção Regional de Cultura do Algarve

Despacho (extracto) n.º 28523/2007

No âmbito da implementação da orgânica das DRC aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 34/2007, de 29 de Março e na sequência da publicação da Portaria n.º 395/2007, de 30 de Março, foi estabelecido que as Direcções Regionais de Cultura terão a possibilidade de definir a organização interna, com a criação de unidades orgânicas flexíveis conforme estipulado no mesmo diploma, no artigo 1.º, com o máximo de 2 por cada da Direcção Regional.

Assim, torna-se necessário nomear os respectivos dirigentes de 2.º grau por forma a garantir o normal funcionamento dos serviços, pelo que, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e n.º 2 do artigo 27.º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, por vacatura do lugar, para o cargo de direcção intermédia de 2.º grau, em regime de substituição e por conveniência urgente de serviço, chefe de Divisão de Administração de Recursos (DAR), a licenciada Clarinda Fernanda Silva Moutinho dos Santos.

A nomeada tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e assegurar a execução do conteúdo funcional desta unidade flexível, criada pelo despacho de 10 de Abril de 2007, é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respectivo curriculum académico e profissional.

A presente nomeação produz efeitos desde 29 de Junho de 2007.

21 de Novembro de 2007. — O Director Regional, *Gonçalo Couceiro*.

Nota curricular

Elementos de Identificação:

Clarinda Fernanda Silva Moutinho dos Santos, nascida em 29 de Agosto de 1953, na freguesia de Bonfim, concelho do Porto, residente em Olhão, assessora do quadro da Delegação Regional da Cultura do Algarve.

Habilitações académicas:

Licenciatura em História na modalidade C (Pré-especialização em Movimentos Económicos e Sociais III) pela Universidade de Coimbra.

Formação profissional:

Leccionou no ano de 1977 na Escola Preparatória e Ensino Básico de Eugénio de Castro em Coimbra;

Em 1981, integra o Quadro Permanente de Pessoal, do Museu Carlos Machado, em Ponta Delgada, S. Miguel, Açores, como técnica superior, ficando responsável pela Secção de Etnografia tendo chegado a exercer funções como directora substituta. Colaborou em várias actividades culturais realizadas nesse Museu, com investigadores nacionais e estrangeiros e desenvolveu programas de dinamização com as escolas. Publicou vários catálogos das salas de etnografia. Foi colaboradora convidada das Secretarias Regionais da Cultura e Educação e do Comércio e da Indústria dos Açores, para a formação das Casa Etnográficas das Ilhas de Santa Maria e de S. Jorge e como historiadora e investigadora na área de artesanato. Colaborou na Revista "Azores-Export, Buyers Guide" e foi responsável pela exposição ergológica do Museu dos Baleiros do Pico.

Em 1990 é transferida para o Quadro Permanente de Pessoal da Delegação Regional da Cultura do Centro integrando a sua Divisão Técnica.

Trabalhou directamente com agentes culturais da Região Centro emitindo diversos pareceres para a concretização e dinamismo das suas actividades. Colaborou em várias áreas para a informatização do Serviço.

Foi responsável pelo projecto de criação de um ecomuseu no vale do Mondego, assim como na organização de eventos promovidos pela Delegação Regional da Cultura do Centro.

Foi nomeada, como elemento de júri, em representação da Delegação no "Prémio Nacional de Artesanato", Prémio "Juventude e Defesa Nacional" e como elemento de ligação ao IPAAE — IA nas áreas da Dança e Projectos Pluridisciplinares.

Foi responsável pela Publicação do Boletim Cultural da Região Centro e pelo Projecto CLAC (Cultura d'O Livro nas Associações Culturais) apresentado ao Plano Nacional de Leitura.

Em Setembro de 2006 é transferida para o Quadro Permanente de Pessoal da Delegação Regional da Cultura do Algarve integrando a sua Divisão Técnica como assessora.

Desde 12 de Dezembro de 2006 que exerce o cargo de Chefe de Divisão de Apoio Técnico, em regime de substituição, na Delegação Regional da Cultura do Algarve, agora denominada Direcção Regional de Cultura do Algarve.